



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE DEZEMBRO DE 2021



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DEZEMBRO 2021

No dia trinta de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1)** Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2)** Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3)** Apreciação de pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro Maria Vitória Batista Santos Xavier, nos termos do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;
- 4)** Apreciação de pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, nos termos do nº 2 do artigo 77 da Lei nº 169, de 18 de setembro;
- 5)** Eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Concelho;
- 6)** Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município relativas aos anos 2021 e 2022, nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação;
- 7)** Proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Mestre Joaquim Augusto Simão, Carpinteiro;
- 8)** Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis(IMI)
- 9)** Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município;
- 10)** Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem(TMDP);
- 11)** Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais {Grandes Opções do Plano 2022-2026(constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026};
- 12)** Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;
- 13)** Proposta de autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais;

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário
- Vitor Miguel Lopus Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues
- António Manuel Dimas Grosso
- Bernardino António Bengalinha Pinto
- Joana de Carvalho Galvão



- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- Ricardo Filipe Malagão Soldado
- João de Deus Carapeto Fialho
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

O membro Maria Vitória Baptista Santos Xavier, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro.-----

O membro João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Antónia Leal Boteta Gomes.-----

O membro Cecilia Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva, dada a impossibilidade da substituição ser efetuada por Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes.-----

O membro Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na atual redação fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício-----

O membro Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Tânia Alexandra Candeias Milhano-----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores.-----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar.-----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta da ata relativa à sessão extraordinária de 29 de novembro de 2021. Depois da correção de um erro no resultado da votação a que se refere o ponto quarto da referida ata, apontado pelo membro Fernando Janeiro, foi a mesma aprovada com catorze votos favoráveis. Não participaram na votação da proposta de ata os seguintes membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere:

Maria Antónia Leal Boteta Gomes, Fernando Augusto Sampaio de Brito e Silva, Paula Alexandra Mendes Maurício e Tânia Alexandra Candeias Milhano.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas- Frederico Nunes de Carvalho- sugeriu a adoção de um procedimento que permitia aos membros inteirarem-se da correspondência destinada à Assembleia Municipal, previamente à realização da sessão em que a mesma irá ser referida. Tal procedimento poderá consistir no envio, aquando da ordem de trabalhos, de um pequeno resumo, contendo a entidade remetente e o assunto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse nada ter contra a implementação do procedimento sugerido, transmitindo de imediato a indicação para que o mesmo possa ser iniciado.-----



Também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas fez notar a necessidade de serem colocados no site do Município, as atas relativas às sessões anteriores, cuja leitura é imprescindível para auxiliar na compreensão de alguns assuntos.-----

O membro Fernando Janeiro, em representação dos eleitos do PS, apresentou, um Voto de Congratulação pelo sétimo aniversário da classificação do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, cujo conteúdo se transcreve integralmente:

“Voto de Congratulação

7º Aniversário da Classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO

O Cante Alentejano comemorou no dia 27 de novembro de 2021 o 7º aniversário da sua classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Como manifestação centenária da identidade cultural do Alentejo e do nosso Concelho, revela-se de elevada importância a sua continuidade e dinamização, concretizada pelos nossos grupos corais e reconhecida através da classificação pelo UNESCO que transmite ao Cante uma projeção mundial. Esta tradição, que tão bem conhecemos, e que emotivamente nos transporta para as origens onde quer que a oiçamos, materializa-se em modas cantadas em tabernas e cafés e é fortalecida pelos grupos corais que, através da sua dedicação, a levam para além do Alentejo. O seu papel é assim fundamental na divulgação da cultura alentejana, não só em Portugal, mas também no resto do Mundo.

Adicionalmente, o Cante Alentejo apresenta uma vertente social que permite uma ligação forte entre as várias gerações e dimensões da sociedade como se demonstra pela dinâmica dos diversos grupos corais, em particular do nosso Concelho.

Assim, a Bancada do Partido Socialista apresenta um voto de congratulação a todos os grupos corais do Concelho, nomeadamente: Grupo Coral de Aguiar; Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” de Alcáçovas; Grupo Coral Feminino “Cantares de Alcáçovas”; Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas; Grupo Coral “Juvenil dos Trabalhadores” de Alcáçovas; Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante” de Alcáçovas; Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo; Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo; Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo, pelo 7º aniversário da classificação do Cante Alentejano como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Este voto, depois de aprovado, deve ser enviado para:

- Ministério da Cultura;
- Direção Regional de Cultura do Alentejo;
- Todos os grupos corais do Concelho, já identificados acima;
- Casa do Cante de Serpa;
- Câmara Municipal de Serpa;
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- Bancadas dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;
- Presidência da República;
- Meios de comunicação social e outras entidades consideradas de interesse.

Viana do Alentejo, 30 de dezembro de 2021”

O membro Fernando Janeiro, de seguida, em consonância com o que havia sido referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, fez notar a necessidade de disponibilização,



no site do Município, das atas relativas às sessões da Assembleia Municipal e às reuniões da Câmara Municipal, até por uma questão de facilitar os munícipes que pretendam estar informados sem terem de assistir às gravações, algumas delas com duração superior a três horas.

De seguida, o membro Joana Galvão, em representação dos eleitos do PS, apresentou um Voto de Congratulação relativo ao sexto aniversário da classificação do fabrico de chocalhos como Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, cujo conteúdo se transcreve integralmente:

“Voto de Congratulação

Fabrico de Chocalhos - Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente

No dia 1 de dezembro de 2015, o Fabrico de Chocalhos, que tem na freguesia de Alcáçovas memória identitária, foi classificado pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente.

O som dos chocalhos ecoou em Windhoek, capital da Namíbia, onde decorria a 10.ª reunião do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

Todo o concelho de Viana do Alentejo celebrou orgulhosamente.

Foi o culminar bem-sucedido da candidatura apresentada pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Neste 6.º aniversário, a Bancada do PS (Partido Socialista) da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo congratula, de um modo geral, todos os agentes envolvidos - antes e depois da inscrição.

Neste 6.º aniversário, evocamos os saudosos mestres chocalheiros, cuja memória, trabalho e mérito serão sempre recordados. Entre muitos outros contributos, permitiriam a passagem do conhecimento de geração em geração.

Congratulamos também o trabalho desenvolvido pelos mestres vivos e pelos mestres no ativo - já muito poucos! -, que têm mantido viva esta Arte que é tão nossa.

A Bancada do PS realça ainda a importância desta inscrição, um reconhecimento a nível mundial, enquanto polo de atração turística para o nosso território, possível motor económico e garante da continuidade do Fabrico de Chocalhos.

A bucólica “Paisagem Sonora” saiu dos campos e está a ser dada a conhecer.

Congratulamo-nos pelo 6.º aniversário de uma data tão importante para o nosso Concelho.

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo



Em caso de aprovação, este voto deve ser enviado para:

- Presidência da República;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Cultura;
- Bancadas dos Partidos Políticos com Assento na Assembleia da República;
- Direção-Regional da Cultura do Alentejo;
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- Meios de Comunicação Social (Facebook do Município, *Diário do Sul* e outros considerados de interesse).

Viana do Alentejo, 30 de dezembro de 2021”

O Senhor Presidente da Assembleia, não havendo qualquer intervenção acerca da proposta de voto de congratulação apresentada pelo membro Fernando Janeiro, colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, não havendo qualquer intervenção acerca da proposta de voto de congratulação apresentada pelo membro Joana Galvão, colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Interveio de seguida o membro Bernardino Bengalinha Pinto que disse entender oportuno fazer duas observações e um alerta na presente sessão, essencialmente na sequência do vídeo a que assistiu, relativo à reunião da Câmara Municipal de 21 de dezembro corrente (mas não só). Salientou que as eleições autárquicas decorreram no passado dia 26 de setembro, tendo a tomada de posse do novo executivo municipal ocorrido no dia 8 de outubro, fazendo notar, como exemplo, que em Alvito a tomada de posse ocorreu no dia 16 de outubro, ou seja, mais de uma semana depois.-----

Disse este membro que no espaço de tempo que decorreu entre 26 de setembro e 8 de outubro(data da tomada de posse) realizou na qualidade de Presidente da Câmara cessante, três reuniões com o então futuro Presidente Luís Miguel, tendo estado presente em duas delas, também a então futura Vice – Presidente. Acrescentou que uma dessas reuniões contou com a presença dos chefes de divisão da Câmara.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, tal como já havia referido anteriormente, realçou a grande preocupação do executivo anterior em passar os assuntos, quer do ponto de vista físico, quer digital. Acrescentou ter passado ao então futuro Presidente, cerca de trinta assuntos e no documento resumo que entregou na altura, ter expressado a sua total disponibilidade para prestar esclarecimentos e efetuar os interfaces necessários. Disse este membro que até à data ainda nada não lhe foi solicitado. Acrescentou saber que os primeiros meses do mandato são muito difíceis e daí, parte da sua preocupação em passar os assuntos, embora o atual Presidente da Câmara tenha a vantagem de ter sido Vereador durante quatro anos, situação que o ajudará a situar-se nalgumas matérias-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, reportando-se à última reunião de Câmara , disse que na mesma foi discutido um assunto sobre a Infraestruturas de Portugal(I.P.), com três vertentes:Estação dos Caminhos de Ferro de Alcáçovas, supressão de uma passagem de nível que a IP pretende fazer em Viana e a transferência de um troço da Estrada Nacional 257. -----



Referiu ter notado alguma dificuldade quanto à explicação destas matérias na reunião de Câmara, principalmente, na que se refere ao troço da Estrada Nacional 257, tendo o raciocínio sido iniciado no pressuposto (errado) de que o troço em causa passaria para o Município. Disse o membro Bernardino Bengalinha Pinto que, à exceção do Senhor Presidente Luís Miguel, nenhum dos Vereadores tinha tido contacto com este assunto- passagem de 3, 5 Kms da Estrada Nacional 257, do Município para a Infraestruturas de Portugal- que foi objeto de deliberação na Câmara Municipal(em reunião na qual não esteve presente o então Vereador Luís Miguel) e na Assembleia Municipal.-----

Disse ainda o membro Bernardino Bengalinha Pinto que na perspetiva referida pelo Senhor Vereador António Costa da Silva na reunião da Câmara Municipal realizada a 21 de outubro de 2021, no sentido de que “todos devemos defender os interesses do Município”, considerou oportuno trazer hoje a nota que acabou de referir para reforçar a sua disponibilidade de colaboração para reuniões de trabalho, sem pretender destaques e evidências mas sim o melhor para o concelho e para os municípios. -----

Ainda a propósito das relações com a IP, disse o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que as mesmas não foram “ muito pacíficas para o Município”. Quanto à supressão da passagem de nível, acrescentou que o Vice-Presidente da IP, telefonicamente, disse que para o efeito a IP precisava do acordo da Câmara e não apenas da opinião da Câmara.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto realçou que numa das páginas das Grandes Opções do Plano, o atual executivo refere que para ultrapassar os desafios precisa da solidariedade institucional e nessa perspetiva reiterou a sua disponibilidade para colaborar, atendendo que se pretende que o Município” fique o melhor possível nestas negociações com a I.P.”. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o segundo aspeto que pretende abordar prende-se com as medidas de emergência económica e social, criadas pelo anterior executivo e que irão terminar amanhã, dia 31 de dezembro. Este membro deixou ao atual executivo, o apelo à necessidade de análise deste assunto, dada a importância de algumas medidas que abrangem famílias, empresas, associações e Instituições Particulares e de Solidariedade Social.....

Finalmente, o membro Bernardino Bengalinha Pinto realçou que o atual executivo tem para executar um mandato muito exigente, sendo os primeiros meses ainda mais complicados. Saliu que os três grandes desafios principais são o PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, o Portugal 2020-2030 e o Processo de Descentralização de Competências, para além de todos os outros assuntos “ normais” do quotidiano autárquico, cada um com a sua especificidade e complexidade. Disse ainda que não tendo este executivo em regime de permanência, maioria, o Senhor Presidente Luís Miguel pediu bom senso à oposição, dado que o executivo em regime de permanência precisa de tranquilidade para a sua gestão.Neste contexto, o membro Bernardino Bengalinha Pinto deixou um alerta no sentido de que haja cuidado relativamente a algumas afirmações que são proferidas, pois algumas delas podem “ gerar ruído e tudo o que gera ruído não traz a tranquilidade necessária para uma gestão descansada”.-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos assuntos da Infraestruturas de Portugal(I.P.), disse ter sido realizada uma reunião de apresentação com a Empresa, tendo sido feito um breve ponto de situação dos assuntos pendentes e combinado marcar uma nova reunião para análise dos mesmos.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que sempre considerou justa e correta a maneira como o anterior Presidente lhe passou os assuntos, sendo um deles, precisamente, o da Infraestruturas de



Portugal. Voltou a agradecer publicamente essa atitude e disse que alguma confusão que possa ter existido na reunião da Câmara realizada no dia 21 de dezembro, prende-se com o facto deste executivo em regime de permanência ainda não estar completamente dentro do dossier, aguardando-se a reunião a realizar com a I.P. -----

Disse o Senhor Presidente da Câmara considerar legítimas as preocupações manifestadas pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, dado que passou pelo mesmo período que este executivo está agora a passar. Acrescentou que ainda não sentiu necessidade de contactar o anterior Presidente da Câmara mas que se isso vier a acontecer não terá qualquer dificuldade em fazê-lo.----

Quanto às medidas de emergência económica e social, disse o Senhor Presidente da Câmara que este assunto está em análise, com o objetivo de ser verificada a possibilidade legal de manutenção desses apoios após 31 de dezembro de 2021.-----

Mediante indicação do Senhor Presidente, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos disse que não teve conhecimento de que tenha sido publicada a prorrogação da norma legal que possibilitou ao anterior Presidente da Câmara atribuir apoios a pessoas em situação económica vulnerável, até 31 de dezembro de 2021. Acrescentou, quanto aos apoios aos empresários, que será necessário que os serviços respetivos confirmem a vigência e aplicabilidade do Programa RECUPERA, para além de 31 de dezembro de 2021.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, atendendo a que as medidas terminarão amanhã, sugeriu que a análise recaia sobre aquelas medidas que são da exclusiva competência do Município (por exemplo a isenção da componente fixa da faturação da água). Acrescentou que a sua sugestão é no sentido de que se mantenham, o mais possível, as medidas de apoio, complementadas até com novas medidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tem intenção de submeter uma proposta sobre esse assunto na reunião da Câmara Municipal a realizar no dia 5 de janeiro de 2022. Agradeceu, mais uma vez, a disponibilidade manifestada pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto.-----

Não havendo mais intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado este período e declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público, congratulando-se pela presença deste.-----

Interveio a munícipe Sara Grou, de Alcáçovas. Referiu ter tido conhecimento das alterações de trânsito que irão ocorrer na Rua Dr. Aleixo de Abreu, em Alcáçovas. Disse ter ficado preocupada com a abolição do estacionamento naquela rua, dado que existem lá dois estabelecimentos frequentados por pessoas com alguma idade e com dificuldades de mobilidade (centro de saúde e farmácia). Disse perceber que ao ser restaurada a circulação do trânsito nos dois sentidos, a possibilidade de estacionamento teve de ser eliminada, situação que em sua opinião irá complicar bastante o acesso das pessoas com mobilidade reduzida aos estabelecimentos existentes naquela rua.-----

Disse ainda a munícipe Sara Grou que o edital que divulgou esta alteração refere que “a Rua Dr. Aleixo de Abreu passará a ter dois sentidos de trânsito, sendo proibido o estacionamento automóvel nos dois sentidos exceto para veículos prioritários, cujo estacionamento se encontra delimitado (ambulância, táxi e carro funerário)”. Esta munícipe identificou a incorreção do texto constante do edital, pois a ambulância só é considerada veículo prioritário se circular em marcha de urgência, sendo que o táxi e o carro funerário jamais poderão ser considerados veículos prioritários.-----



Perguntou esta munícipe se foi feita consulta à G.N.R. quanto a esta alteração. Em sua opinião, esta alteração, neste momento, era desnecessária e não faz sentido que este assunto tenha sido priorizado em detrimento de outros que considera de urgente resolução.-----

Perguntou ainda esta munícipe se foi equacionado o procedimento a adotar quando se cruzarem dois veículos naquela rua, sendo um deles uma ambulância em marcha de urgência(é frequente a circulação de ambulâncias em marcha de urgência junto ao Lar existente naquela rua).-----

A munícipe Sara Grou referiu que gostaria de ver esclarecidas as questões colocadas e que no caso de não ser possível de imediato, que lhe fossem enviadas as respostas por escrito.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que seria bom que as questões que foram e são colocadas na Assembleia, tivessem uma resposta tão rápida e eficaz como a pretendida pela munícipe Sara Grou.-----

Quanto às questões colocadas pela munícipe Sara Grou, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a G.N.R. foi informada acerca da decisão de alteração do trânsito na Rua Dr. Aleixo de Abreu e concordou com a mesma. Acrescentou que a própria Junta de Freguesia de Alcáçovas deu algumas sugestões e não discordou da alteração proposta. Disse ainda o Senhor Presidente que este assunto não foi tratado à pressa, foi ponderado e decidido no tempo que o executivo julgou conveniente, tal como tem procedido noutras situações. Acrescentou que houve a preocupação de continuar a permitir os estacionamento que sempre existiram, concretamente para a ambulância, táxi e carro funerário e de prever umas “ bolsas de desvio” para evitar que algum dos veículos tenha de recuar.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que depois de se ouvirem diversas pessoas, de se assistir à dificuldade das manobras de mudança de direção dos veículos que vinham da Praça e não podiam subir a rua e de se constatar que a Rua Dr. Aleixo de Abreu não tem assim um movimento tão grande, optou-se por implementar esta alteração.-----

O munícipe João Penetra disse ter percebido, da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que há intenção de manter os estacionamento que já lá se encontravam delimitados. Nesse sentido, disse que será então necessário manter o estacionamento da Santa Casa da Misericórdia, a seguir ao lugar destinado à ambulância e antes do lugar destinado ao carro funerário.-----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu-se à reunião realizada com o o executivo municipal em regime de permanência, com o objetivo de debater o assunto da alteração da circulação rodoviária na Rua Dr. Aleixo de Abreu, em Alcáçovas. O Senhor Presidente da referida Junta de Freguesia saudou o regresso à circulação do trânsito nos dois sentidos, por corresponder às apiações da população e referiu que nessa reunião, a Junta de Freguesia de Alcáçovas enumerou algumas sugestões que gostaria que o executivo municipal tomasse em consideração, designadamente:



- a necessidade de arranjar alternativas para a questão do estacionamento que deixaria de existir na Rua Dr. Aleixo de Abreu;
- a necessidade de confirmação de que são abolidos os lugares de estacionamento anteriormente existentes na Rua Dr. Aleixo de Abreu, entre duas Travessas;
- a necessidade de equacionar a possibilidade de criar lugares de estacionamento num terreno existente a norte da Igreja Matriz;
- a necessidade de ponderar a limitação do trânsito a um sentido, nas Ruas de S. Pedro e da Esperança (uma com sentido descendente e outra com sentido ascendente);
- a necessidade de ponderar a colocação de lombas, sobretudo na Rua da Esperança, dado que apesar de existirem semáforos, são frequentes os excessos de velocidade por parte dos automobilistas;
- a necessidade de equacionar, a médio prazo, a proibição de circulação de veículos pesados dentro da vila, desviando-os para o Bairro da Gamita, precisamente no acesso a este Bairro a partir da Estrada Nacional 257.

Disse também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que tem havido um bom relacionamento com o executivo municipal em regime de permanência, havendo colaboração na satisfação das solicitações que a Junta de Freguesia tem apresentado.

Disse ainda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que em boa hora esta Junta promoveu a iniciativa de reunir com o ACES- Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central, reunião na qual também estiveram presentes a Senhora Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, dados os problemas também existentes nesta Freguesia, a nível da extensão de Saúde.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas congratulou-se pelo acolhimento do Município à iniciativa promovida pela referida Junta. A este propósito perguntou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas se o executivo municipal está satisfeito com a solução vigente e se há novidades quanto à eventual localização do edifício da extensão de saúde em Alcáçovas.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que na primeira parte da sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas não se cingiu ao ponto da ordem de trabalhos em discussão e daí esta sua observação pedagógica, no sentido de disciplinar o conteúdo das intervenções, inclusivé as suas próprias, a fim de que não extravasem o ponto da ordem de trabalhos em discussão.

O Senhor Presidente da Câmara, ainda relativamente às alterações de sinalização rodoviária na Rua Dr. Aleixo de Abreu, disse que apesar de terem sido equacionadas algumas medidas complementares às alterações, optou-se por não as implementar, verificando, numa primeira fase, que problemas surgem e quais as soluções mais indicadas para os corrigir, sempre em colaboração com a Junta de Freguesia local.

Quanto às Ruas de S. Pedro e da Esperança, disse o Senhor Presidente não estar totalmente de acordo com a implementação, em cada uma delas, de um único sentido de trânsito. Recordou que recentemente ocorreu um problema com um veículo pesado que ficou imobilizado na Rua de S. Pedro, ficando esta rua com o trânsito cortado durante toda a manhã. Se esta rua tivesse apenas um sentido, teria sido complicado resolver a situação, com a celeridade que se impõe em casos desta natureza.



O Senhor Presidente acrescentou que a situação seria diferente se já houvesse uma alternativa para que o trânsito pesado não circulasse por dentro da vila, mas fosse encaminhado via Bairro da Gamita.-----

Quanto à sugestão da colocação de lombas, disse o Senhor Presidente da Câmara concordar com a necessidade desse procedimento em diversos locais do concelho, não tendo ainda sido possível realizar esse trabalho.-----

Quanto à colocação de médicos no concelho, disse o Senhor Presidente da Câmara que o executivo não está satisfeito com a solução encontrada pelo ACES- Agrupamento de centros de saúde do Alentejo Central, embora perceba que de momento não é possível encontrar outra alternativa que não seja a médica que estava de baixa, começar a trabalhar a meio tempo. Acrescentou que em Aguiar, a solução encontrada passa por um médico que lá trabalha três horas semanais.-----

Disse o Senhor Presidente que embora esta situação esteja longe da ideal, é preferível à que anteriormente existia. Contudo- disse- o Município continuará a desenvolver os contactos tendentes a encontrar uma melhor alternativa.-----

Quanto à localização da extensão de Saúde de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente que também este assunto lhe foi passado pelo anterior Presidente, não sendo uma matéria consensual. Disse que os locais sugeridos pelo anterior executivo se situam longe do atual Centro de Saúde e que um dos locais que considera possíveis para a finalidade em causa situa-se junto ao edifício da Delegação da Câmara, sugestão que pretende apresentar à Administração Regional de Saúde do Alentejo numa reunião que já está pedida.-----

A Senhora Vice – Presidente confirmou a insatisfação do executivo quanto ao número de médicos existente no concelho. Referiu que a Senhora Diretora do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central informou que em virtude do falecimento da Dra. Conceição Fialho, será aberto concurso para um novo médico que previsivelmente estará ao serviço em maio de 2022. Disse ainda que a Dra. Patrícia, neste momento, está a trabalhar a meio tempo e que só por isso é que está também a trabalhar no concelho o Dr. Agostinho. A Senhora Vice – Presidente acrescentou que todas as entidades estão empenhadas em resolver o problema mas que de momento não é possível fazer mais porque não há médicos da especialidade.-----

Quanto ao espaço para o Centro de Saúde em Alcáçovas, a Senhora Vice – Presidente referiu que esta semana foi realizada uma reunião com a ARS – Administração Regional de Saúde do Alentejo, tendo sido manifestada a intenção de colocação, em Alcáçovas e em Aguiar, de edifícios modulares. Disse a Senhora Vice –Presidente que o atual executivo em regime de permanência, em alternativa aos espaços preconizados pelo anterior executivo, considera mais apropriado para a instalação do novo Centro de Saúde, o terreno por detrás do edifício da Delegação da Câmara, por ser um espaço mais central. Acrescentou que será neste sentido que a proposta irá ser apresentada.-----

O Senhor Presidente da Câmara, corroborando o que foi dito pela Senhora Vice-Presidente, acrescentou que a proposta a apresentar à ARS quanto à localização do novo Centro de Saúde será justificada pela centralidade e pela facilidade de estacionamento, nomeadamente para as ambulâncias.-----

O membro Paula Maurício, relativamente à Informação sobre a Atividade da Câmara, referiu que se encontra expressa nessa informação que “ no dia 9 de outubro, o Senhor Presidente e a Senhora Vice - Presidente, assistiram ao 1º Festival de Flamenco, no Cineteatro Vianense, promovido pela Associação de Dança e Arte “Companhia de Triana”. Observou este membro que este espetáculo



foi promovido pela Associação GATA- Grupo de Amigas Trianas do Alentejo e não pela Associação referida na Informação.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas disse ser sua convicção não estar a extravasar os limites do ponto relativo à Informação sobre a atividade da Câmara quando, na sua intervenção densificou o conteúdo da reunião realizada entre o executivo municipal em regime de permanência e a Junta de Freguesia de Alcáçovas. Disse ter sido esta a interpretação que fez, admitindo contudo que possa não ser a correta.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Senhora Vice-Presidente e perguntou se na sequência da reunião realizada entre o executivo em regime de permanência e as forças de segurança, há alguma novidade quanto ao Posto da G.N.R. de Alcáçovas e à sua “ muito necessária operacionalidade”.-----

O Senhor Presidente da Câmara, a propósito da reunião realizada com a G.N.R., informou que apesar de haver a intenção de reforçar o número de efetivos neste concelho, tal facto não significará a reabertura do Posto da G.N.R. de Alcáçovas, pois tal facto implicaria um aumento do número de efetivos que neste momento a G.N.R não tem.-----

O membro Célia Sabino perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que não tendo sido realizada ainda a reunião com a Infraestruturas de Portugal, foi realizada a reportagem acerca da estação de Alcáçovas, conjuntamente pelos Senhores Presidentes das Câmaras de Viana do Alentejo e de Évora.-----

O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que a reunião realizada com a Infraestruturas de Portugal foi apenas de apresentação e que a próxima, a agendar para o início do ano, será então para debater os diversos assuntos pendentes, entre eles o da estação de Alcáçovas. Quanto à realização da reportagem a que se referiu o membro Célia Sabino, disse o Senhor Presidente ter obtido a informação, através do Município de Évora, que teria sido retomada a intenção de demolição da estação de Alcáçovas. Perante tal situação, considerou-se que alguma posição deveria ser tomada e daí a realização da reportagem a manifestar o desagrado. Disse o Senhor Presidente que esta iniciativa deu resultados, tendo a Infraestruturas de Portugal retomado as conversações que já tinham existido com o anterior executivo e estando neste momento fora de hipótese a demolição da estação de Alcáçovas. O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que na futura reunião com a Infraestruturas de Portugal será equacionada a possibilidade do Município de Viana poder vir a ocupar a estação de Alcáçovas com alguns projetos direcionados para a área cultural, eventualmente a nível da instalação das Associações do Concelho.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o anterior executivo municipal realizou uma reunião com um elemento da Direção Regional de Cultura do Alentejo, no sentido de poder ser opção a implementação de um projeto supramunicipal que por um lado poderia ajudar a resolver o problema da localização Évora –Viana e por outro lado aliviava este Município em termos de custos financeiros. Este membro salientou o facto de haver concordância de todos quanto à não demolição da estação, sendo necessário encontrar a melhor solução. Acrescentou que ao anterior executivo se afigurou conveniente integrar a Direção Regional de Cultura do Alentejo neste processo, até pelo facto do Município ir investir numa área geográfica que não é sua.-----

O membro Ricardo Soldado, atendendo a que o edifício da estação de Alcáçovas se situa no Concelho de Évora, perguntou se há possibilidade do Município de Viana tomar posse do mesmo. Perguntou também que informações pode o Senhor Presidente da Câmara transmitir acerca do que falou com a Câmara de Évora sobre este assunto.-----



O Senhor Presidente da Câmara disse que o Município de Viana tudo fará para ultrapassar as questões legais que lhe permitam tomar posse do edifício em causa. Quanto às conversas com a Câmara de Évora, disse o Senhor Presidente da Câmara que elas têm sido no sentido da união de esforços para que o edifício da estação de Alcáçovas seja preservado.-----

O membro Célia Sabino perguntou qual o ponto de situação das obras de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, dado que beneficiando as mesmas de financiamento comunitário ao abrigo do Portugal 2020 que terminará em 2023, o tempo urge, uma vez que estamos prestes a entrar em 2022.-----

O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve descrição do estado deste processo, salientando que o contrato com a empresa adjudicatária foi celebrado a 18 de julho de 2019, tendo sido celebrado 16 de fevereiro de 2018 um Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação para financiamento de 7,5% da contrapartida nacional da operação. Acrescentou que tendo sido alterado o montante da operação, a comparticipação do Ministério da Educação também sofreu alteração, tal como o investimento elegível.-----

Disse também o Senhor Presidente da Câmara que a alteração do montante da comparticipação do Ministério da Educação foi objeto de uma Adenda ao Acordo de Colaboração inicialmente celebrado.-----

Disse ainda que já foram realizadas reuniões com a empresa adjudicatária, tendo esta já procedido à atualização do montante da proposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que hoje mesmo foi recebido um e-mail da CIMAC-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, comunicando a aprovação da segunda fase da reprogramação física, financeira e temporal da operação, fixando como data de conclusão desta, o dia 29 de setembro de 2023.-----

Ponto três) - Apreciação de pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro Maria Vitória Batista Santos Xavier, nos termos do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro- Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na atual redação, a Assembleia apreciou o pedido de suspensão do mandato por seis meses, apresentado por Maria Vitória Baptista Santos Xavier, eleita pelo Partido Socialista, alegando motivos de ordem pessoal/familiar.-----

Votada por escrutínio secreto a proposta de deferimento deste pedido de suspensão de mandato, foi a mesma aprovada com onze votos favoráveis e sete votos em branco.-----

Ponto quatro) Apreciação de pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, nos termos do nº 2 do artigo 77 da Lei nº 169, de 18 de setembro – Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na atual redação, a Assembleia apreciou o pedido de suspensão de mandato por seis meses, apresentado por João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, eleito pelo Partido Socialista, alegando motivos de saúde de familiares.-----

Votada por escrutínio secreto a proposta de deferimento deste pedido de suspensão de mandato, foi a mesma aprovada com onze votos favoráveis e sete votos em branco.-----

Ponto cinco) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Concelho- Nos termos do disposto na



alínea d) do nº 1 do artigo 57º do Decreto –Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, na redação atual, a Assembleia procedeu à eleição, mediante votação por escrutínio secreto, do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Concelho. Da votação efetuada resultou o seguinte:

- . Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar – Rosinda de Fátima Bandarra Gaio – 11 votos
- . Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo – Vasco Miguel Teles Fialho - 6 votos
- . Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas – Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho – 1 voto

Assim, a representação das Freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação, será assegurada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, Rosinda de Fátima Bandarra Gaio.-----

Ponto seis) Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município relativas aos anos 2021 e 2022, nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação-

Mediante indicação do Senhor Presidente da Câmara, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos fez a apresentação e enquadramento desta proposta, salientando que embora o procedimento pré- contratual para adjudicação da prestação de serviços de certificação legal das Contas do Município, relativas aos anos de 2021 e 2022, esteja concluído, a competência para nomear o auditor externo responsável por essa certificação é da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na redação atual, devendo essa nomeação ocorrer previamente ao ato de adjudicação da prestação do serviço em causa.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas colocou uma questão sobre a proposta em apreço, tendo sido esclarecido.-----

Votada a proposta de nomeação da Empresa Rosário Graça & Associados, SROC. Lda., como responsável pela certificação legal das contas do Município relativas aos anos de 2021 e 2022, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ponto sete) Proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Mestre Joaquim Augusto Simão, Carpinteiro

– Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a proposta de atribuição, a título póstumo, da Medalha de Honra do Município ao Mestre Joaquim Augusto Simão, Carpinteiro; no âmbito das comemorações do 124º aniversário da restauração do Concelho de Viana do Alentejo.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Mestre Joaquim Augusto Simão ensinou a profissão a uma grande parte dos carpinteiros do concelho. Detentor de grande mérito e de uma “ habilidade desmedida, trabalhava no torno como ninguém” e nos últimos anos de vida tinha gosto em fazer pequenas peças no torno, oferecendo-as em seguida.-----

Disse o Senhor Presidente que pela figura ímpar que foi e pelos ensinamentos e legado que deixou, a Câmara considerou dever solicitar à Assembleia Municipal a autorização para lhe atribuir, embora a título póstumo, a Medalha de Honra do Município.-----

O membro João de Deus Fialho, em representação da força política VIVA, disse que os respetivos eleitos apoiam esta iniciativa, referindo que ele próprio teve oportunidade de conhecer o Mestre Simão, tendo recebido dele algumas ofertas. Acrescentou que com o seu falecimento, Viana do Alentejo ficou certamente “ mais pobre”.-----



O membro Bernardino Bengalinha Pinto, em representação dos eleitos do Partido Socialista, manifestou a concordância quanto à distinção proposta, fazendo notar que no texto que fundamenta a proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Mestre Simão, está patente a sua personalidade, ao referir, a dado passo, o seguinte:

“ Muitos foram os que com ele aprenderam a trabalhar a madeira. Nos últimos anos, entretinha-se a produzir pequenos objetos em madeira, molduras, mesas com pés torneados e aquilo que ficará na memória de muitos, os copos, que fez às centenas e oferecia, sempre, dizendo: “ a uns dou-os porque gosto e a outros dou-os por raiva!”-----

Nos termos do artigo 9º do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a atribuição, a título póstumo, da Medalha de Honra do Município ao Mestre Carpinteiro Joaquim Augusto Simão.-----

Ponto oito) **Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis(IMI)** – O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação desta proposta, realçando que é exatamente igual à apresentada pelo anterior executivo, quer quanto à manutenção da taxa mínima a aplicar aos prédios urbanos, quer quanto às deduções máximas em função do número de dependentes a cargo, quer ainda quanto ao agravamento da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados.----- Assim, em concreto, a proposta apresentada consubstancia-se no seguinte:

- 1) Manutenção da taxa anteriormente aplicada aos prédios urbanos em 0,3%.
- 2) Fixação das deduções máximas previstas no nº 1 do artigo 112º - A do Código do IMI, em função dos dependentes a cargo:
 - a) 1 dependente a cargo – dedução fixa de 20,00€;
 - b) 2 dependentes a cargo – dedução fixa de 40, 00€;
 - c) 3 ou mais dependentes a cargo – dedução de 70,00€
- 3) Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados indicados pelos Serviços Técnicos, nos termos do nº 8 do artigo 112º do Código do IMI.

Votada a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto nove) **Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município** – Foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara a proposta de fixação da participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste Município, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), com a redação dada pelas Leis nºs 82-D/2014, de 31 de dezembro; 69/2015, de 16 de julho; 132/2015, de 4 de setembro; 7 –A/2016, de 30 de março; 42/2016, de 28 de dezembro; 114/2017, de 29 de dezembro; 51/2018, de 16 de agosto; 71/2018, de 31 de dezembro; 2/2020, de 31 de março e 66/2020, de 4 de novembro.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que no anterior mandato, enquanto Vereador, defendeu que a participação do Município no IRS deveria baixar. Contudo, na sua qualidade de Presidente da Câmara, disse aperceber-se agora melhor do impacto que uma medida de redução desta participação, tem na arrecadação das receitas municipais. Ainda assim, ponderada a proposta de eliminação desta participação preconizada pelo VIVA, ponderado também o facto de que a redução da participação do Município no IRS trará algum alívio aos municípios (que pagam IRS) e ponderada ainda a necessidade de ser mantida alguma coerência com as posições que assumiu sobre esta



matéria; o Senhor Presidente disse considerar dever propor a fixação desta participação do Município em 2,5%.-----

O membro Célia Sabino referiu que embora a proposta do VIVA fosse no sentido da eliminação da participação do Município no IRS, os respetivos eleitos nesta Assembleia concordam com a fixação dessa participação em 2,5%, por considerarem que tal facto beneficia os munícipes, sobretudo os casais jovens e todos os que pretendam fixar-se neste Município.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto disse que o anterior executivo sempre considerou que a gestão municipal é feita de equilíbrios e que por esse motivo considerou não haver condições para reduzir a participação do Município no IRS dado que veio procedendo à redução da Derrama, até à sua eliminação, não sendo possível “ fazer as duas coisas” em simultâneo. Disse este membro que os eleitos do Partido Socialista concordam e apoiam a proposta apresentada pelo executivo em regime de permanência, a qual integra, em parte, a proposta do VIVA.-----

A proposta de fixação da participação do Município no IRS em 2,5% foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia fez uma declaração de voto, apesar de ter votado favoravelmente a proposta apresentada.-----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que o seu pensamento acerca desta matéria não coincide com o teor da proposta aprovada, a qual votou favoravelmente em sintonia com a bancada da CDU. Salientou que há uns anos, o Governo Central decidiu que da receita total do IRS, 95% seria arrecadada por si próprio e 5% seria arrecadada pelos Municípios. Com a generosidade que é conhecida aos governos, decidiu que os Municípios, dos seus 5%, poderiam isentar os seus munícipes, sendo de lamentar que não tenha tido idêntica generosidade para os 95% das receitas de IRS que efetivamente arrecada. Acrescentou que a sua posição sobre este assunto sempre foi e continua a ser no sentido de que os Municípios deveriam poder abdicar de parte do IRS exatamente na mesma proporção em que o Estado Central o fizesse e que enquanto isto não acontecesse, também os Municípios não o deveriam fazer.-----

Ponto dez) Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem(TMDP)- Nos termos da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia deliberou por unanimidade fixar em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação atual.-----

Ponto onze) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais [Grandes Opções do Plano 2022-2026(constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026] – O Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos Documentos Previsionais em apreço, salientou o facto do atual executivo ter iniciado funções a 8 de outubro de 2021, constituindo a escassez de tempo uma limitação na elaboração de documentos desta natureza.-----

Disse que uma outra limitação refere-se ao facto de não serem ainda conhecidos os montantes a transferir do Orçamento Geral do Estado que ainda não se encontra aprovado. Disse o Senhor Presidente da Câmara ter ouvido falar que o Orçamento deste Município, para 2022, iria sofrer um corte na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros no que concerne às transferências do Orçamento Geral do Estado, quando comparadas com as que foram recebidas em 2021.-----



Disse também o Senhor Presidente da Câmara que o Orçamento apresentado pretende continuar a corresponder às necessidades de pagamento de obras em curso, bem como à contrapartida nacional a suportar, relativamente a projetos financiados por fundos comunitários.-----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que nas Grandes Opções do Plano foi incluída a maioria das propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do VIVA e pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, tentando ir ao encontro de todas as forças políticas que integram o executivo municipal.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, como nota prévia, manifestou a sua concordância pelo facto de no Orçamento Municipal para 2022 terem sido considerados como valores a transferir do Orçamento Geral do Estado, aqueles que constam na proposta de Orçamento do Estado para 2022. Em sua opinião, esta opção foi inteligente dado que estes montantes são inferiores aos montantes recebidos por via do Orçamento do Estado de 2021. Este membro perguntou quais são os investimentos prioritários a seguir às obras que se encontram em execução e àquelas que irão derivar de candidaturas aprovadas.-----

Este membro objetivou a sua questão perguntando concretamente o que é que o executivo gostaria de priorizar, em segunda linha, a seguir aos investimentos que estão em execução e àqueles que se prendem com candidaturas aprovadas, beneficiando de financiamento comunitário. Disse ainda este membro não conseguir retirar esta informação dos documentos apresentados, contrariamente ao que sucede no caso dos imóveis em que no Plano Plurianual de Investimentos está contemplada a verba de oitenta mil euros para aquisição de um imóvel na Rua Brito Camacho, em Viana mas na parte escrita dos documentos também está expressa a intenção do Município adquirir o imóvel da Rua 5 de Outubro, em Viana (antiga residência da D. Maria José Fragoso) e o terreno destinado à Zona Industrial de Aguiar.-----

O membro Fernando Janeiro referiu-se ao facto do mapa de pessoal para 2022 evidenciar um acréscimo de postos de trabalho superior a 35% em relação ao ano anterior, sendo que o quadro relativo às despesas com o pessoal reflete um aumento na ordem dos 10%, parecendo-lhe esta situação algo inconsistente.-----

O membro Célia Sabino, quanto ao facto do Senhor Presidente da Câmara ter referido que as Grandes Opções do Plano contemplam as propostas apresentadas pelo VIVA, enunciou quais foram as dez propostas apresentadas:

- Reduzir a taxa de participação variável do IRS de 55 para 0%. Nesta situação, os 5% são devolvidos aos municípios sob forma de desconto no IRS;
- Criar o Centro Tecnológico de Produção e Preservação da Arte Oleira em Viana do Alentejo;
- Criar um Espaço de Incubação da Atividade Chocalheira em Alcáçovas – adaptação do mercado Municipal em Alcáçovas(incluindo outras atividades económicas);
- Criar a Área de Acolhimento Empresarial em Aguiar de forma a aproximar o concelho de Viana do Alentejo ao cluster aeronáutico;
- Criar condições para o alargamento das Zonas Industriais do concelho (Alcáçovas e Viana do Alentejo);
- Criar o Observatório do Tratado das Alcáçovas no Paço dos Henriques, em Alcáçovas;
- Criar o Projeto ECO AQUA- Programa para captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis em Viana do Alentejo. Recuperação e refuncionalização dos Fontanários e Tanques Públicos;



- Requalificar o Bairro pré-fabricado em Aguiar;
- Criar o Centro Interpretativo da Arte Chocalheira, preferencialmente no antigo cinema em Alcáçovas;

- Criar o Gabinete de Apoio ao Associativismo, com apoio técnico em vários domínios, incluindo a elaboração de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.-----

O Senhor Presidente da Câmara, quanto às prioridades de investimento, salientou a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; o Bairro das Casas Pré- Fabricadas de Aguiar; a Requalificação de parques infantis do concelho;;a criação de diversos parques de estacionamento no concelho; a alteração do projeto do jardim do Rossio, em Viana; o arranjo da Estrada do Outeiro; o alargamento da Zona Industrial de Alcáçovas, após processo de legalização; a conclusão das negociações para aquisição de terreno destinado à Zona Industrial de Aguiar; a criação do Condomínio das Associações, estando a decorrer contactos com a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo para celebração de um contrato de comodato relativo às instalações do antigo hospital, de forma a poderem ser lá albergadas cerca de dez associações.-----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que foi efetivamente manifestado o interesse do Município em adquirir a antiga moradia da D. Maria José Fragoso, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, de forma a poder ajudar esta Instuição, aumentando também o património municipal.-----

Ainda em termos de prioridades, o Senhor Presidente da Câmara referiu a necessidade de encontrar os terrenos considerados adequados para a instalação dos Centros de Saúde de Alcáçovas e de Aguiar, sem recorrer à aquisição dos mesmos mas utilizando terrenos que já são propriedade do Município.-----

Continuando a enumerar as prioridades, o Senhor Presidente da Câmara referiu a criação do Centro Interpretativo da Arte Chocalheira; o Observatório do Tratado de Alcáçovas; o Centro Interpretativo de Estudos da Arte Oleira, em Viana do Alentejo; a criação de uma nova casa mortuária em Viana do Alentejo(eventualmente construir no imóvel que vier a ser adquirido à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo).-----

Disse ainda o Senhor Presidente ser intenção do Município vir a apoiar duas entidades que estão interessadas em criar berçários: Em Aguiar, o berçário seria criado pela Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo e em Viana, o berçário seria reativado pelo Centro Infantil do Imaculado Coração de Maria.-----

O Senhor Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção acerca das prioridades, evidenciando que muitos dos projetos que acabou de enunciar coincidem com as intenções das diversas forças políticas com assento nos órgãos do Município.-----

Relativamente ao Mapa de Pessoal, intrinsecamente ligado ao Orçamento, o Senhor Presidente da Câmara referiu que uma grande parte do acréscimo de postos de trabalho previstos para 2022, prende-se com a descentralização de competências. Disse o Senhor Presidente da Câmara que de acordo com o estudo efetuado pela CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, o número de pessoas necessárias no nosso concelho, para a área da Educação, é de cerca de quarenta.-----

Na área da Saúde, prevê-se que sejam necessárias cerca de seis pessoas – disse.-----

O Senhor Presidente da Câmara salientou que o mapa de pessoal do Município tem de prever os lugares a ocupar pelas pessoas que farão parte do processo de transferência de competências.Acrescentou que além destes postos de trabalho, o mapa de pessoal para 2022



contempla outras necessidades, nomeadamente um posto de trabalho de Técnico Superior na área Jurídica, um posto de trabalho de Técnico Superior(Veterinário Municipal), um posto de trabalho na área de Informática, alguns postos de trabalho de Assistente Operacional para colmatar o deficit de pessoas a trabalhar no estaleiro municipal e nos serviços externos e alguns postos de trabalho para o Centro Social de Aguiar.-----

Quanto ao facto do aumento das despesas com o pessoal não corresponder ao aumento dos postos de trabalho previstos no respetivo mapa, disse o Senhor Presidente da Câmara que não foi contabilizado, para cada novo posto de trabalho, o vencimento referente a um ano mas sim o correspondente à estimativa de meses que se considera razoável para cada caso, dada a tramitação que todo este processo terá de seguir, desde o seu início até ao início efetivo de funções por parte de cada trabalhador.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, reportando-se à referência do Senhor Presidente da Câmara sobre a eventual diminuição das transferências do Orçamento do Estado para o Município, em mais de quatrocentos mil euros, salientou que este “ reforço extraordinário”do mapa de pessoal ainda irá agravar mais a questão orçamental. Este membro perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o aumento de cinquenta e três postos de trabalho é suficiente para satisfazer as necessidades do Município e se esses novos postos de trabalho são para afetar, sobretudo,ao exercício das novas competências.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a maior parte dos novos postos de trabalho são para preencher por pessoas afetas às novas competências que se prevê que sejam recebidas, sensivelmente em abril de 2022. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que não é possível responder com exatidão à pergunta sobre se o acréscimo de postos de trabalho previstos é suficiente para as necessidades do Município. Efetivamente-disse- há sempre muitas tarefas a realizar uma vez que o Município já vai atingindo uma dimensão que exige cada vez mais gente a trabalhar. Acrescentou que, apesar disto, terá de existir a noção do limite que é razoável, em termos de admissão de pessoal.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, reportando-se ao elenco de prioridades referidas pelo Senhor Presidente da Câmara, disse constatar não estarem incluídos nessa descrição os investimentos no âmbito da Regeneração Urbana, apesar desta área ter os seguintes projetos incluídos:

- Em Alcáçovas, a 2ª fase da Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico e o Bairro Fragoso;
- A Zona Central de Aguiar;
- A 4ª fase da Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo.

Perguntou este membro se os investimentos que referiu não são considerados prioritários para o atual executivo.-----

Também o membro Bernardino Bengalinha Pinto disse ter ficado surpreendido por não ver elencada a Requalificação da Estrada de Santa Catarina, uma vez que em 2020, esta foi uma proposta apresentada pelo então Vereador Luís Miguel Duarte, para integração nos Documentos Previsionais de 2021.-----

Quanto à Requalificação da Estrada de Santa Catarina, o Senhor Presidente da Câmara observou que estes são os Documentos Previsionais para 2022, primeiro ano deste mandato, faltando elaborar os Documentos Previsionais dos três anos seguintes.-----



Quanto aos projetos referidos pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, no âmbito da Regeneração Urbana, disse o Senhor Presidente da Câmara ter intenção de lhes dar continuidade, estando inclusivé candidatados a fundos comunitários e constando do Plano Purianual de Investimentos.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta de Documentos Previsionais para 2022.-----

A proposta foi aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU(Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS(Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, Maria Antónia Gomes, Joana Galvão e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA(Fernando de Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico Nunes de Carvalho).-----

O membro Frederico de Carvalho, em representação dos eleitos do VIVA saudou a inclusão das propostas que foram apresentadas para os Documentos Previsionais do próximo ano. Este membro apresentou uma sugestão de melhoria quanto à metodologia de discussão dos Documentos Previsionais, sendo desejável que a oposição tenha a possibilidade de acesso a um esboço das Grandes Opções do Plano para que, em tempo, possa apresentar as sugestões que entender, ao invés de ser chamada a apresentar propostas sem conhecer aquilo que está a ser previsto pelo executivo.-----

Disse ainda este membro ser sua convicção que a alteração da metodologia no sentido que expôs, será benéfica para todos e melhorará certamente a eficiência e os contributos da oposição.-----

Ponto doze) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022 – O Senhor Presidente da Câmara, tendo já feito referência ao mapa de pessoal aquando da discussão do ponto anterior, disse não ver necessidade de acrescentar mais nada sobre a proposta apresentada.- O membro Frederico de Carvalho perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual a percentagem máxima de despesas com pessoal que o atual executivo está disposto a suportar, por via da assunção das novas competências e, conseqüentemente, do preenchimento de novos postos de trabalho.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo-se aos novos postos de trabalho no âmbito da transferência de competências, sugeriu que num quadro resumo conste a afetação desses postos de trabalho, pelas respetivas áreas. Este membro perguntou qual será o mecanismo a utilizar na admissão do pessoal que irá transitar para o Município no âmbito da transferência de competências, concretamente se haverá recurso à mobilidade ou a outra figura.-----

A chefe da Divisão de Gestão de Recursos disse que ainda não é conhecida essa matéria, faltando densificar várias componentes deste complexo processo. Contudo, parece fazer algum sentido o recurso à mobilidade interna na categoria, dado que o pessoal que transitará para o Município, em princípio, é detentor de um vínculo de emprego público.-----

O Senhor Presidente da Câmara realçou que não existindo ainda Acordos quanto à transferência de competências, há aspetos que não são conhecidos, designadamente quanto a verbas, sendo impossível, neste momento, adiantar mais informações.-----

O membro Frederico de Carvalho realçou a importância do executivo definir qual o limite do peso das despesas com pessoal(no total das despesas) que está disposto a assumir, pois este aspeto será certamente determinante nas futuras negociações com o Governo.-----



Este membro acrescentou que não sendo infinitas as possibilidades de admissão de pessoal, importa saber onde se situa o limite máximo destas despesas, no caso concreto deste Município.----
O Senhor Presidente da Câmara disse que o número de novos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal derivou do estudo prévio que foi feito, não conseguindo a esta data informar em concreto sobre percentagens.-----

A proposta de Mapa de Pessoal para 2022 foi então votada, tendo sido aprovada com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU(Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, António Manuel Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, Maria Antónia Gomes, Joana Galvão e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA(Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico Nunes de Carvalho).-----

Ponto treze) Proposta de autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais- Por indicação do Senhor Presidente da Câmara, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos fez o enquadramento da proposta em apreço, a qual é recorrente todos os anos, referindo que nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis nºs 20/2012, de 14 de maio; 64/2012, de 20 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março; a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. Realçou que para efeitos de aplicação desta norma, a autorização prévia da Assembleia pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto –Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com a redação dada pelas Leis nºs 64/2012, de 20 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto –Lei nº 99/2015, de 2 de junho.-----

Neste contexto, foi proposto à Assembleia Municipal que conceda autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais e para a sua reprogramação nos casos em que essa reprogramação não implique aumento de despesa, relativamente a Projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos(designadamente no que concerne às Empreitadas) e no Plano de Atividades Municipais e que conceda autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais relativos a fornecimento de gás, fornecimento de gasóleo, fornecimento de energia elétrica em baixa tensão e prestação de serviços de seguros.-----
Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público.-----

Interveio o Senhor José Francisco Ramalho Oliveira, residente em Aguiar. Referiu que à semelhança de muitos outros residentes naquela Freguesia, também ele trabalha fora e não tem família a residir em Aguiar. Esta situação torna difícil ou praticamente impossível tratar de assuntos na Junta de Freguesia local, dado que à hora que os residentes chegam, os serviços já se encontram encerrados. Este munícipe sugeriu que em colaboração com a Câmara Municipal possa ser equacionada a possibilidade de, um dia por semana, a Junta de Freguesia encerrar mais tarde, permitindo aos residentes que trabalham fora, o tratamento dos seus assuntos.-----



Este município referiu-se ainda à necessidade de colocação de bandas adequadas às necessidades da via que atravessa a localidade de Aguiar, dado que as que lá têm sido colocadas se têm revelado ineficazes.....

Por fim, este município referiu-se aos inconvenientes que podem advir para o comércio local, decorrentes da execução de uma variante para retirar o trânsito pesado da localidade de Alcáçovas. Em sua opinião, deverão ser equacionadas outras alternativas, dado que o desvio do trânsito para a variante vai agudizar ainda mais o problema da desertificação das localidades do interior.....

De seguida, interveio o Senhor Gabriel Mochila, residente em Viana do Alentejo, no Bairro do Malfor. Referiu que o anterior executivo demarcou lugares de estacionamento na zona superior do Bairro, esquecendo-se de ter igual procedimento na parte de trás. Disse também este município ter questionado o anterior executivo quanto aos motivos de não ser efetuado o estacionamento ordenado na Zona Industrial de Viana do Alentejo, não tendo obtido qualquer resposta. Acrescentou que o estacionamento nesse local continua desordenado e a ser abusivo. Disse que no seu caso concreto, sendo motorista de pesados, tem muita dificuldade em arranjar um lugar de estacionamento numa zona que está completamente desordenada.....

Este município referiu-se ainda ao facto de ser muito baixa a vegetação que ladeia a estrada, à saída de Viana em direção a Évora. Disse que nos casos em que a vegetação tem uma altura inferior a 4,5 metros, é obrigatória a existência de um sinal informativo desse facto. Acrescentou que na estrada que referiu, habitualmente passa para a faixa de rodagem da esquerda para evitar que os ramos da vegetação danifiquem a carga que transporta. Disse este município ter solicitado à Câmara que fizesse o corte do arvoredado até à altura legal, tendo também pedido o corte dos ramos das árvores que se encontram na Zona Industrial, junto ao parque de mercados, dado que a sua altura também é inferior a 4,5 metros, o que dificulta o estacionamento do camião.....

O município Gabriel Mochila referiu-se ainda a outra situação que remonta a 2017 e que se prende com o tipo do seu contrato de fornecimento de água. Disse que em 2017, quando encerrou a sua atividade, solicitou à Câmara a alteração do seu contrato de água no sentido de deixar de ser um consumidor integrado no comércio/indústria para passar a ser um consumidor doméstico. Foi-lhe dito que tal não era possível sem que procedesse à alteração da afetação do imóvel, nos termos do regulamento aplicável. Disse o município que em outubro de 2020 entregou na Câmara o projeto para retirar da afetação do imóvel, a parte de comércio, tendo a Câmara demorado seis meses a dar-lhe resposta, período em que teve de pagar a água ao preço praticado para um estabelecimento comercial/industrial. O alvará com a utilização alterada foi-lhe emitido a 29 de julho de 2021 mas em agosto teve de enviar um e-mail à Câmara a solicitar a alteração do seu contrato de fornecimento de água para “consumidor doméstico”, situação que ainda não ocorreu. A questão concreta colocada pelo município é no sentido de tentar perceber os motivos pelos quais, após a alteração de utilização do prédio, continua a pagar a água como se se tratasse de um estabelecimento de comércio/ indústria.....

O Senhor Presidente da Câmara, quanto à última questão colocada pelo município Gabriel Mochila, disse que terá de se inteirar do assunto para poder esclarecer as dúvidas colocadas.....

Quanto ao estacionamento na Zona Industrial de Viana do Alentejo, o Senhor Presidente da Câmara disse conhecer bem a situação relatada pelo município Gabriel Mochila, concordando com a necessidade de ordenamento do estacionamento, tendo em conta também os veículos pesados e a necessidade de garantir condições de segurança.....



Quanto à questão das árvores a que se referiu o mesmo munícipe, o Senhor Presidente da Câmara disse que irá reportar o assunto à Proteção Civil Municipal, para que contemple, na listagem de intervenções a efetuar em árvores, também aquelas que agora foram mencionadas.-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o segundo período destinado à sua participação. Agradeceu a presença de todos, inclusivé do público e desejou a todos e respetivas famílias, um ano de 2022 o melhor possível.-----

O Senhor Presidente da Câmara desejou a todos um bom ano novo e disse que, independentemente das diferenças políticas que existem, o executivo está disponível para trabalhar com todos. Desejou que o novo ano corra bem para todos, com saúde e trabalho.-----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão à uma hora e trinta minutos do dia 31 de dezembro de 2021.-----



Aprovada a 11 de fevereiro de 2022

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
